

ISSN: 2357741X

# **I Seminário Interno do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC)**

**Caderno de resumos expandidos**



**Universidade Estadual do Maranhão**

**14 e 15 de Junho de 2018**

## **A Trajetória Política de José Sarney (1950-1970): uma nova ferramenta para o Ensino de História do Maranhão Contemporâneo**

Drielle Souza Bittencourt\*

O estudo presente neste trabalho se inclui no campo da História Contemporânea e da História Política. O tema aqui analisado será a trajetória política de José Sarney, no período de 1950 a 1970. Além de ser uma figura política importante da República brasileira, que desde quando começou sua carreira política transitou por todos os governos, a reconstrução da sua atuação também nos dar a possibilidade de compreender um período da História Política do Maranhão.

Para iniciar as reflexões é importante falar um pouco sobre um momento obscuro da História do Brasil, mas que foi muito importante para ascensão política de José Sarney. Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado, que destituiu o presidente democraticamente eleito, João Goulart. No campo historiográfico há um intenso debate sobre esse assunto, para um autor trabalhar com esse tema é necessário se posicionar conceitualmente dentro desses debates. Ao entrar em contato com essas discussões é importante interpretar as entrelinhas de cada trabalho. Ao estudar um fato histórico, é de extrema importância buscar análises de um mesmo acontecimento sob ângulos diferentes. Dessa forma, é possível confrontá-las e ter uma base para escolher qual posicionamento adotar. A apresentação das discussões será seguida pelo posicionamento que este trabalho toma diante delas.

O autor René Dreifuss, através do seu exaustivo trabalho empírico, “1964: A conquista do Estado”, sustenta, pautado em uma ampla documentação e orientado teoricamente por Antônio Gramsci, que o golpe de Estado foi um projeto classista e introduz o termo civil-militar para conceituá-lo, ou empresarial-militar para demarcar quais eram esses civis, pois:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Dreifuss analisa sucintamente os aparelhos pertencentes à Sociedade Civil e a fração de classe que estava trabalhando para tornar o seu projeto político hegemônico. Esta estava aglutinada no complexo IPES/IBAD<sup>1</sup> e trabalhava em prol do capital multinacional/nacional (associado)<sup>2</sup>. Este complexo era composto por uma fração da classe empresarial e alguns militares trabalhou arduamente no processo de desestabilização do presidente Goulart e na

---

\* Professora de História do Ensino Básico. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>1</sup>“As sementes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, como também as do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (...), foram lançadas ao final da administração de Juscelino Kubitschek (...) e durante a presidência de Jânio Quadros, em cujo zelo moralista eles depositavam grandes esperanças. (...) O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES. (...) o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.” (DREIFUSS, 1981, p. 162 e 164)

<sup>2</sup>No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi privilegiado o setor produtivo de bens de consumo duráveis (Departamento III), ao contrário do governo anterior de Getúlio Vargas que era o setor de bens de produção (Departamento I). Kubitschek abriu a economia brasileira ao capital estrangeiro. De acordo com Sônia Mendonça (1986), as medidas adotadas pelo presidente para atrair o capital estrangeiro obrigaram “o capital nacional a associar-se ao multinacional”. A partir desse modelo político a fração de classe empresarial, participante do golpe de 1964, se constituiu.

construção e condução do projeto golpista. Nos governos, de 1964 a 1985, ocuparam cargos de extrema importância, conduziram e organizaram materialmente o Estado. Além disso, fica claro em sua obra, a grande participação dos Estados Unidos, um dos grandes financiadores do IPES.

O golpe empresarial-militar fez chegar ao poder o projeto dessa fração de classe que tinha a necessidade de controlar as engrenagens do Estado para se manter hegemônica. O caráter classista do golpe é de suma importância para entender esse contexto e a composição do Estado depois. Por isso, este trabalho adota o termo golpe e ditadura empresarial-militar, o que torna necessário demarcar qual foi a fração da classe civil participou ativamente desse processo:

[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam setores chaves da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para a derrubada de J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgão administrativos e ministérios. [...] a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964 [...]. Os tecno-empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados (DREIFUSS, 1981 p. 417).

A ditadura empresarial-militar foi muito importante para as conquistas políticas de José Sarney e para os rumos que a História política do Maranhão tomou. É necessário quebrar um imaginário no qual se acredita que a ditadura não teve uma incidência no Maranhão. Pelo contrário, através da trajetória política de Sarney é possível perceber como os projetos estadual e federal estavam bem alinhados nesse período.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é lançar discussões que serão fundamentais para posteriormente ser criado um guia didático sobre a trajetória política de José Sarney, para ser usado pelo professor de História do ensino médio. Primeiramente, é necessário refletir sobre a sua atuação política, desde seu surgimento no cenário político maranhense até o último ano de seu governo no Maranhão, com o objetivo de analisar sua inserção no campo político maranhense e a construção de suas estratégias políticas ao longo do processo eleitoral para o cargo de governador estadual em 1965, que Sarney saiu vencedor. Um destaque maior será conferido às suas vinculações com a ditadura empresarial-militar brasileira e com os jornais maranhenses *O Imparcial* e *Pequeno*, que serão as principais fontes deste trabalho. Partindo da hipótese de que por meio da trajetória política de José Sarney é possível compreender uma importante parte da História Política recente do Maranhão, toda discussão estará permeada por conceitos teóricos de Antônio Gramsci, como *Estado Ampliado*, para compreender a interação entre a sociedade política e civil. Ressalta-se que, mesmo Sarney tendo os meios coercitivos a seu favor, os jornais, enquanto *aparelhos privados de hegemonia*, foram fundamentais para construção de consenso em torno do projeto que chegou ao poder em 1965.

Num segundo momento, é necessário adentrar a discussões teóricas e metodológicas fundamentais para a construção do guia didático: *Trajetoária Política de José Sarney*. Primeiramente, sobre a história política e seu processo de “renovação” na década de 1970. Tal movimento traz à tona dois importantes eixos deste trabalho: a importância das biografias nos trabalhos historiográficos e a orientação teórica com conceitos gramscianos. Com novos

trabalhos e reformulações sobre pensar o político, Gramsci é um dos autores que mais inova, apesar de ser de uma corrente marxista, superando Marx dialeticamente, ao compreender o Estado de maneira ampliada, ou seja, há uma forte interação entre sociedade política e sociedade civil, as disputas dos projetos políticos ocorrem fundamentalmente neste âmbito. Para entender como tais disputas aconteceram na sociedade maranhense de 1965 a 1970, uma biografia política de José Sarney é uma importante ferramenta. Por isso, também será discutido o uso das biografias no campo historiográfico. Também é importante refletir sobre a importância das fontes na escrita da história e a utilização dos jornais na construção historiográfica e sua aplicabilidade no ensino. Os jornais são as fontes de construção deste trabalho, para compreender a sua atuação como aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil maranhense. Pensar novas ferramentas para o ensino é muito importante para também se repensar uma reestruturação educacional.

Para finalizar, é essencial lançar questões referentes a relação entre educação e cidadania. Primeiro problematizando a relação que foi construída da educação para o exercício da cidadania, como isso realmente se aplica na sociedade e de que maneira é segregadora. Posteriormente, analisar o ensino médio sob a ótica da educação brasileira, haja vista que o guia terá como público alvo o professor desse segmento, como atualmente tem sofrido diversos golpes e tentativas desmonte, principalmente após a aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Pensando em alternativas educacionais para melhorar o ensino, é necessário pensar também em modelos alternativos de escola, por isso a reflexão será feita em torno da *Escola Unitária* proposta por Antonio Gramsci. Um dos caminhos para tentar fazer uma educação para o exercício da autonomia é através da prática do professor, lógico que sozinho ele não tem condição de promover grandes mudanças e muito menos tem que carregar o peso dos problemas escolares, mas o que ele puder fazer para promover pequenas mudanças é muito importante.

## REFERÊNCIAS

- BUFFA, Ester. ARROY, Miguel. NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** – 14 Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- BUZAR, Benedito B. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965.** São Luis: Lithograf- Indústria Gráfica e editora Ltda, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Vitorinismo e Oposicionistas.** São Luis: Lithograf, 2001.
- DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
- ECHEVERRIA, Regina. **Sarney: biografia.** São Paulo: Leya, 2011.
- GONÇALVES, Maria de Fátima. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luis: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci** – 5 ed. Ampl. – São Paulo: Cortez, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Ensino Médio: a luz do pensamento de Gramsci.** – Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2016.

## **A LEI DA ANISTIA EM FOCO: Encaminhamento legal e desdobramentos no Maranhão através da imprensa e o DOPS**

João Pedro Lemos Soeiro\*

O presente trabalho aborda as discussões sobre os embates travados em torno da aprovação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, bem como seus desdobramentos no Maranhão, como ponto principal. Desse modo, No contexto do Maranhão, as lutas pela anistia serão compreendidas por meio dos jornais locais, O Imparcial, Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão, e os arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA). A aprovação da Lei de Anistia de 1979 constitui-se um marco fundamental no processo de redemocratização do país. Por isso, conhecer e analisar o cenário histórico e político dessa lei é de extrema importância.

Sendo assim, as discussões pela anistia começaram a ganhar força, principalmente pelas denúncias de torturas e assassinatos de presos políticos que passaram a ser divulgadas pela sociedade, sobretudo em 1973, quando assume o comando do Executivo o general Ernesto Geisel (1974-1979), em um cenário de desaceleração da economia principalmente com o aumento da inflação e da dívida externa, prometendo iniciar uma distensão política lenta, gradual e segura. Nesse momento, surgiu em 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) liderado pela advogada Therezinha Zerbine, que denunciava a situação dos presos políticos e dos exilados. O MFPA foi de extrema relevância para a luta pela anistia, pois foi o primeiro movimento sistematicamente organizado para o enfrentamento do regime militar. Além disso, o MFPA articulou-se com mulheres de vários estados do Brasil, com o Movimento Democrático Brasileiro e com a Ordem dos Advogados do Brasil. Desse modo, os núcleos do MFPA se espalharam por todo país, e “já no primeiro ano de atuação, suas militantes reuniram 16 mil assinaturas para o Manifesto da Mulher Brasileira, que reivindicava a anistia política” (PORTO, 2009, p.49). Em virtude da crescente adesão de diversos setores da sociedade na luta pela anistia não se restringindo apenas aos familiares dos presos políticos ou exilados, foram criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Após muita tensão, o projeto de anistia, foi aprovado pelo Congresso e promulgada pelo general João Figueiredo (1979- 1985) Lei nº 6.683.73, a Lei da Anistia.

No que tange o Maranhão a luta foi encabeçada pelo Comitê Brasileiro de Anistia – seção Maranhão, pela Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) e por vários outros movimentos que mobilizavam a sociedade a lutar pela anistia e enfrentar as arbitrariedades do período militar. Assim sendo, para notabilizar ainda mais o cenário de luta pela anistia no Maranhão foi realizado levantamentos nos jornais O Estado do Maranhão Jornal Pequeno, O Imparcial, cobrindo o ano de 1979 e nos arquivos do DOPS/MA. A partir dessas investigações foi possível identificar os maranhenses que foram anistiados. Desse modo, foi construída uma tabela com a biografia dos maranhenses anistiados.

Tabela dos Maranhenses anistiados

<b>NOMES</b>	<b>BIOGRAFIA</b>
Benedito Bogéa Buzar	Nasceu em Itapecuru-mirim, em 17 de fevereiro de 1938, foi deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, mas teve seu mandato casado em abril de 1964. Atualmente exerce a profissão de jornalista.
Cid Carvalho	NÃO ENCONTRADA

---

\* Bolsista PIBIC/FAPEMA Acadêmico do Curso de História Licenciatura UEMA.

Edson Carvalho Vidigal	Nasceu em Caxias dia 20 de junho de 1944, foi preso durante a ditadura por ter ligações com o Partido Comunista. Após a ditadura, já formado em direito foi nomeado pelo Ex-Presidente da República José Sarney ministro do Superior tribunal de Justiça. Atualmente, milita na política como filiado ao PDT.
Elias Nazário de Souza	NÃO ENCONTRADA
José de Guimarães Neiva Moreira	Nasceu em Nova Iorque, no dia 10 de outubro de 1917, foi expulso do país no período da ditadura, se exilou no Uruguai, onde casou com a jornalista Beatriz Bissio. Quando voltou para o Brasil se juntou com Leonel Brizola e fundou o Partido Trabalhista Brasileiro. Faleceu em 10 de maio de 2012
José Ferreira de Alencar	NÃO ENCONTRADA
José Rocha de Jesus	NÃO ENCONTRADA
Osmar de Jesus Mendes Barbosa	NÃO ENCONTRADA
Ruy Frazão Soares	Nasceu em São Luís, no dia 4 de outubro de 1941, fazia parte do Partido Comunista.

É preciso que se diga que esse não é um quadro geral dos maranhenses que foram anistiados, mas sim apenas os que a pesquisa conseguiu identificar por meio das fontes já citadas. Mesmo sendo um avanço poder apontar quem são as pessoas que foram contempladas pelas lutas em prol da anistia, ainda existem muitas entraves especialmente pelas poucas produções sobre essa temática no Maranhão.

## REFERÊNCIAS

- BECHARA, G.N. Antecedentes históricos da Lei de Anistia e da Justiça de Transição no Brasil. IN: CONPEDI. (Org). **XXII Encontro Nacional do CONPED/UNICURITIBA**. 22ed.:, 2013, v. , p.44-73.
- CHAVES, Leonardo Leal. A lei de Anistia em Questão: Historiografia, Legislação e Imprensa Maranhense. IN: PICCOLO, Mônica. SULIDADE, Mariana. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: editora shalom / EDUEMA, 2015.
- DEL PORTO, Fabíola de, A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania. IN: SILVA, Haike R. Kleber da (Coord). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNIESP, 2009.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FRIEDE, Roy Reis. **Revisão da Lei de Anistia: um contraponto**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2015
- GRECO, Heloísa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. **Anistia Ontem e Hoje**. 3ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

## **LEI DE ANISTIA, ENSINO DE HISTÓRIA E CIBERCULTURA: Apresentando o *acervo digital da luta pela anistia no maranhão***

**Leonardo Leal Chaves\***

Passadas mais de três décadas e meia de sua aprovação, a Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, que “concede anistia e dá outras providências”, ainda se apresenta permeada de interpretações e questionamentos. Os fundamentos de tais interpretações e questionamentos recaem, em primeiro lugar, sobre a acusação de parcialidade, reciprocidade, ou garantia jurídica de impunidade daqueles que agiram em nome da Segurança Nacional na repressão aos movimentos contrários ao Regime Militar.

Em segundo, sobre sua interpretação como parte fundamental de um sofisticado mecanismo que ganhava a denominação, naquele momento, por parte de seus articuladores, de distensão. Distensão esta limitada e ritmada, segura e lenta, inserida em um quadro mais amplo de medidas liberalizantes, como a revogação dos Atos Institucionais e o fim dos Inquéritos Policiais Militares e que apontava, entre outras coisas, para um retorno dos militares à caserna em um direcionamento rumo a uma tão aclamada democracia, novamente com um civil no comando do Executivo e, de certo modo, condicionada à imposição de um esquecimento harmonizador, com sua fundamentação em uma já revisitada tradição conciliatória brasileira. A tentativa de reparação dos mais de 75 mil pedidos de anistia solicitados, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela omissão e falta de esclarecimentos em torno dos desaparecimentos e mortes durante a Guerrilha do Araguaia nos permitem identificar a anistia brasileira em seu caráter inconcluso.

A atualidade dessas discussões pode ser mapeada em mobilizações em torno do questionamento da constitucionalidade da lei, expresso, por exemplo, na ação impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), rejeitada por sete votos a dois pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010. Se expressa, também, nas publicações de jornais e portais de notícias, datadas de 14 de fevereiro de 2018, acerca do pedido da Procuradora Geral da União (PGU), Raquel Dodge, para reabertura do inquérito do caso do desaparecimento de Rubens Paiva e, por conseguinte, da revisão da própria Lei de Anistia, o que gerou reação imediata das Forças Armadas. Os argumentos utilizados pela Procuradora se baseiam na imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, como a tortura, ou a possibilidade, nos casos de omissão de cadáver, de afastamento de qualquer possibilidade de prescrição com relação à pena.

As reflexões aqui expostas sobre a anistia quer sejam pelo viés da perspectiva de reparação simbólica ou financeira das vítimas da repressão e seus familiares, quer pela tentativa de conhecimento dos fatos que levaram a tais violações de direitos humanos, de modo a evitar suas repetições futuras ou mesmo pela luta contra o esquecimento institucionalizado de todos os abusos cometidos durante a ditadura, demonstram que o assunto não se encerrou em 1979, nem se consolidou como um meio para a reconciliação nacional. Numa perspectiva histórica, a insatisfação com o projeto que se tornou hegemônico se demonstrou, logo após a aprovação da Lei, na realização do II Congresso pela Anistia, ocorrido em Salvador, entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979, ou mesmo nos posicionamentos políticos, nas falas dos exilados beneficiados com a própria lei quando do retorno ao Brasil.

Certamente, não é aqui proposto um esgotamento do tema. Não obstante, é considerado vital trazer à tona as discussões sobre a anistia e suas particularidades/permanências no

---

\* Doutorando pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Bolsista de Extensão do CNPq pelo INCT/Proprietas e membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC).

Maranhão, para, acredita-se, evitar o esquecimento embutido na lei 6.683, cumprindo assim, talvez, parte da principal função do historiador: “relembrar o que os outros esqueceram ou querem esquecer”. Nesse sentido, a busca pela investigação e problematização das especificidades dessa temática no Maranhão, nos ajuda na tentativa de (re)compor o quadro da aprovação da lei. Assim, investigar os periódicos de grande circulação no estado, os debates travados no legislativo maranhense e seus posicionamentos sobre o(s) projeto(s) de anistia, os documentos produzidos pelo extinto Serviço Nacional de Informação (SNI) acerca das mobilizações de setores da sociedade maranhense, contrárias à anistia que estava sendo aprovada, ou mesmo os relatos de maranhenses que lutaram contra o regime, contra a anistia aprovada ou ambos e, obviamente na contramão do esquecimento conciliatório e harmonizador, pode se constituir em um caminho importante e profícuo para manter vivas as recordações do período abordado.

Ao mesmo tempo, essa investigação não pode ficar restrita aos muros da academia, trancafiada nas páginas de uma dissertação, apartada da sociedade e, principalmente, dos rumos da história ensinada nas escolas da Rede Básica de Educação do estado. Assim, no primeiro capítulo da dissertação **ENSINO DE HISTÓRIA, CIBERESPAÇO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do “*Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão*”, defendida em março de 2018, é analisada a aprovação da Lei de Anistia de 1979, seus antecedentes e desdobramentos, evidenciando seu caráter restrito, recíproco, excludente, ao mesmo tempo em que garantia, juridicamente, a impunidade aos agentes de repressão envolvidos nas práticas de tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados e outras graves violações de direitos humanos, em nome da Segurança Nacional.

A anistia, portanto, se apresenta, ainda hoje, como uma luta inconclusa e permeada de embates em torno de diversas perspectivas, como a possibilidade de reparação financeira ou o esclarecimento de fatos ocorridos durante o regime militar brasileiro, ainda de difícil apuração devido às determinações da própria Lei de Anistia. As demandas dos mecanismos de Justiça de Transição, ao abordarem a questão dos desaparecidos, presos políticos e outras violações de direitos humanos, expõem os embates, sempre com base argumentativa na Lei de Anistia, como nos casos da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF-nº 153), a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos pela omissão nos esclarecimentos de fatos da Guerrilha do Araguaia ou a recusa da denúncia de estupro contra a militante Inês Etienne Romeu pela Justiça Federal em março de 2017. Serão apresentadas discussões sobre a Lei, aprovada em uma distensão rigidamente controlada pelos militares, fundamentando reflexões que evitem explicações naturalizadas sobre a concessão desta medida.

Parte-se aqui do pressuposto que, fruto das lutas de diversos grupos que se mobilizaram em torno da bandeira de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, o projeto de anistia que se torna hegemônico, portanto, é pautado em uma alardeada tradição conciliatória brasileira e na manutenção de um esquecimento comandado, garantindo a impossibilidade de responsabilização desses agentes do Estado ditatorial brasileiro.

O segundo capítulo discute as relações entre ensino de História e a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), tomando como perspectiva analítica: i) as diretrizes contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); ii) as disputas pela memória da anistia no ciberespaço; iii) a análise da abordagem sobre a anistia de 1979 em alguns livros didáticos adotados por escolas do Ensino Médio no Maranhão, sob a perspectiva do enfoque dos temas sensíveis ou controversos, definidos como aqueles em que, num determinado período histórico, houve o uso sistemático da violência, torturas ou injustiças cometidas no passado contra pessoas ou grupos. Esta característica de tais temas pode suscitar disparidades entre o que é ensinado nas aulas de história e o que é transmitido nas histórias familiares e ou



comunitárias, levando, segundo Verena Alberti (2014), às disputas pela memória, que têm na escola um de seus palcos políticos mais evidentes.

O terceiro capítulo é destinado à fundamentação teórico-metodológica para a construção do acervo digital, baseado em estudos sobre a relação entre cibercultura e Ensino de História, especialmente sua aplicabilidade. Esta ferramenta pode ser utilizada como um canal dinâmico, direto e interativo, capaz de fornecer ao corpo docente e, possivelmente a seu alunado, múltiplas possibilidades para a reelaboração das estratégias pedagógicas no ensino das singularidades maranhenses durante o período ditatorial, mais especificamente, concernentes à Lei de Anistia. As lacunas se aprofundam quando são analisadas nos livros didáticos as interpretações sobre a anistia e suas singularidades ou lutas. O contato com as múltiplas fontes, mídias, propostas e sequências didáticas, ou “acesso” às memórias e relatos tão longamente silenciados e “esquecidos”, fornece a noção de construção de conhecimento histórico por parte dos alunos, possibilitando ainda a problematização da ideia de história como uma “verdade absoluta”.

Deste modo, em sintonia com o que rege a legislação educacional brasileira e suas relações entre cidadania e direitos humanos, há a percepção de história como um processo permeado de seleções, silenciamentos e interpretações. A fundamentação teórico-metodológica para criação/utilização de um acervo digital como uma Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) pode garantir espaço (virtual) às disputas pela memória em torno da Lei de Anistia, especialmente as travadas em torno da luta pela sua aprovação e desdobramentos no Maranhão, se tornando, assim, uma estratégia capaz de propiciar a ruptura entre o fosso que separa "saber acadêmico" e "saber escolar". As categorias e conceitos sobre cibercultura (LEVI, 1999, p. 20), as discussões sobre o uso de *blogs*, fóruns de discussão, redes sociais, compartilhamento de arquivos e as amplas possibilidades de diálogo entre o ensino de História, as novas tecnologias e a anistia serão apresentadas de modo a engendrar a construção de um acervo digital em conformidade com as reflexões acima apresentadas. Não se advoga aqui que a utilização de um recurso poderoso, de livre e direto acesso e em consonância ao cotidiano conectado de alunos e professores venha a significar o abandono da investigação bibliográfica ou da importância das fontes documentais. Contribui-se, deste modo, para a renovação e crítica do conhecimento científico, relacionando-o às múltiplas possibilidades de produção do saber escolar.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase de luta pela anistia. **Revista de Direito Brasileira**, out/2012, nº 3, p. 357-379.
- AMBOS, Kai et al. **Anistia, Justiça e Impunidade: reflexões sobre a justiça de Transição no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- ANDRADE, Vera Cabana. “Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino”. In: MONTEIRO, Ana Maria et. al. **Ensino de História: sujeitos, saberes e BRASIL**, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Relatório, 2014.
- CARVALHO NETO, JS. “O II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições”. In: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1, pp. 259-285.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p. 05-74, jan-abr, 2017.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

## A AÇÃO DA POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO/ DIREÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA (PIDE/DGS) E UM ENSAIO SOBRE O DIÁRIO DE NOTÍCIAS NO PERÍODO DA REPRESSÃO (1968/1975)

Luana dos Anjos Pereira\*

Passados 44 anos após o fim do Estado Novo, originaram-se vários debates e discussões historiográficas, sobre o que teria acontecido durante o regime e como permaneceu tanto tempo no poder. Logo, a sociedade vai conhecendo o que estava por trás desse regime autoritário que se iniciou nos anos 30. A partir disso, esse projeto visa aprimorar a pesquisa no âmbito da história em prol de relacionar a Ditadura Empresarial Militar Brasileira instaurada em 1964, com a Ditadura do Estado Novo, a fim de construir uma história comparada entre Brasil e Portugal para que se possa fazer uma constituição de problemas acerca dos processos de transição das ditaduras e também sobre suas relações com a imprensa escrita. Isso irá servir como um meio de iluminar os seus significados históricos para apontar tendências nas atuais configurações políticas.

Posto isso, iremos utilizar o jornal *Diário de Notícias* para mapear as publicações do periódico sobre a atuação da PIDE/DGS. A partir de todo material do periódico que irá ser disponibilizado ao longo do projeto, poderá ser possível alimentar o banco de dados e o site mantido pelo grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão do curso de história o NUPEHIC (Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea), fazendo com que a sociedade brasileira e portuguesa tenha o acesso rápido e prático aos materiais digitalizados. Com essa facilidade, poderá se ampliar o número de estudos e pesquisas sobre o momento do Estado Novo. O uso do jornal *Diário de Notícias* na pesquisa irá ajudar a entender como agia o periódico em relação a polícia política portuguesa que serviu, por um lado, para intimidar e, deste modo, prevenir a contestação pública ao regime e, por outro lado, para destruir a oposição contra o Estado Novo. A análise do *Diário de Notícias*, jornal de grande circulação irá proporcionar o entendimento da dinâmica da política portuguesa. A partir dessa análise ficará mais clara a função da imprensa escrita no regime do salazarismo.

Constituída a partir de 1932, a ditadura salazarista, como era chamada, nasceu do golpe militar de 28 de maio de 1926, derrubando a I República portuguesa e instituindo a chamada Ditadura Nacional Militar, que se transformou em um regime ditatorial civil erigido pelo chefe do governo, António de Oliveira Salazar. Desse modo, em 1928, Salazar tornou-se Ministro das Finanças da ditadura civil com o passar dos tempos Salazar passou a cuidar não somente dos

assuntos financeiros, mas também de temas político. Aprovada em 1933, uma nova constituição estabeleceu o início do Estado Novo e veio consagrar um ditador que exerceu um intenso controle sobre o Estado, a economia e a sociedade.

Após a criação da nova Constituição salazarista observou-se a perda da liberdade de expressão, do direito à greve e à restrição da ação de alguns órgãos de poder, como a Assembleia Nacional. Diante disso, o poder do Presidente da República passou a ser figurativo. Nesse contexto, a autoridade estava reunida nas mãos do Primeiro Ministro. Em substituição a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) fora criada, em 1945, a PIDE no auge do Estado Novo: A PIDE conservou da sua antecessora a instrução preparatória dos processos respeitantes a esses delitos, cabendo-lhe ainda colaborar com a Polícia Judiciária (PJ) e as polícias estrangeiras na perseguição de prevaricadores internacionais (PIMENTEL, 2011, p.140).

---

\* Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão.

O chamado Estado Novo sobreviveu mesmo após a morte do seu mentor, em 1968, pois continuou sob a vigência do seu sucessor, Marcello Caetano. As ideias políticas de Caetano não eram muito distintas do seu antecessor Salazar. No entanto, Caetano faz algumas divisões acerca das liberdades que o país tanto esperava serem restauradas, focando nas liberdades “maioritárias”, uma vez que acreditava que estas eram as prioridades. Desta forma, seu objetivo era proteger a liberdade da classe dominante.

Não obstante, a governo de Marcelo foi destituído pela Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, iniciaram as agitações quando algumas tropas começaram a se posicionar perto do palácio do governo, objetivando tomá-lo de forma muito rápida. Em Lisboa, no dia 25 de abril de 1974, uma insurreição militar cirúrgica derrotou, em menos de vinte e quatro horas, um regime ditatorial longo de quase cinco décadas, incapaz de oferecer resistência. (ARCARY, 2014, p. 235).

O *Diário de Notícias* nasceu em 29 de dezembro de 1864. Seu fundador, Eduardo Coelho, exerceu um papel essencial na evolução industrial da imprensa, pois desenvolveu alguns mecanismos para administrar o jornal. Pressupunha que se a tiragem aumentasse, as despesas conservavam-se aproximadamente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado. Logo, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam ser mais caros, de modo que para embolsar maiores lucros, bastaria baixar o preço e dirigi-lo a uma ampla camada de leitores.

Apesar dos fundadores do *Diário de Notícias* terem feito um empenho para afastá-lo de conceitos políticos, é com uma imagem colada ao regime que o jornal vai atravessar o extenso período do Estado Novo (1926-1974), estando nele publicada uma série de ilustres entrevistas feita por António Ferro ao ditador português, Oliveira Salazar. Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, entrevistaria ainda Mussolini e Hitler para o jornal, que tinha passado a ser conduzida por Augusto de Castro, uma destacável figura política do Estado Novo, mantendo-se à frente do periódico, com algumas interrupções, até 1971.

É em meio a essas conturbações descritas que o *Diário de Notícias* perpassa pela época da Ditadura Salazarista e o Marcelismo, com publicações “razoáveis” por conta da censura do regime. No entanto, a partir de 1974, o jornal sobre a direção de Fernando Fragoso, que vai enfrentar duras transformações dentro do jornal e uma forte reação contra a sua permanência no periódico. O jornal irá passar por várias modificações por conta do processo revolucionário em curso, e por conta de opiniões divergentes dentro do jornal, que era fortemente ligado com o regime ditatorial, essas diferenças ideológicas irão gerar um clima de tensão no *DN*.

De acordo com as análises feitas, pode-se constatar que o *Diário de Notícias* era um grande instrumento do Estado Novo. Suas características ideológicas e assim como seus editoriais, sustentavam o regime vigente, visto que, o jornal estava sob as mãos de um grupo econômico ligado ao regime de Marcelo Caetano. Nesse contexto, o Estado Novo preocupava-se em ocultar a realidade das coisas, portanto, ele se utilizava da PIDE/DGS para manter um controle sob a sociedade e também dos Meios de Comunicação Sociais nacionais e internacionais. Desse modo o estado se utilizava de todos os mecanismos para estabelecer uma censura prévia, anulando e cortando tudo o que fosse contra a imagem do regime, não apenas isso, mas também para promover uma aparência positiva da realidade apresentando-a como verdadeira.

## REFERÊNCIAS

- ARCARY, Valerio. **O outro 25 de abril e as diretas já**. In. Outros tempos, vol. 11, n17, 2014, p.230-245.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **A Polícia do Estado Novo Português- PIDE/DGS História, Justiça e Memória**. In. Acervo, v.24, n°1, 139-156. Rio de Janeiro, 2011.

## GOVERNO JOÃO GOULART e IMPRENSA: Revisitando João Goulart por meio dos jornais maranhenses no cotidiano escolar

Manoel Afonso Ferreira Cunha\*

O centro de análise deste trabalho é a elaboração de uma dissertação de mestrado e um produto didático sobre o Governo João Goulart (1961 a 1964) que sirva como recurso metodológico nas escolas da Rede Básica do Maranhão abordando as nuances do último mandato democrático antes da ditadura empresarial-militar<sup>3</sup> e tendo como arcabouço documental os impressos maranhenses. Os jornais a serem investigados serão o *Jornal Pequeno* e *O Imparcial*, dois dos maiores veículos de comunicação do Estado do Maranhão naquele período. A partir da construção desse conhecimento histórico temos outros objetivos: refletir sobre as especificidades do Maranhão no contexto do Governo Goulart e destacar a importância da utilização dos jornais impressos como importante ferramenta pedagógica. Após a superação da noção dominante ao longo do século XIX de que os jornais eram documentos pouco apropriados para o desenvolvimento de reflexões sobre o passado, os impressos constituíram-se fontes primordiais para a produção histórica atual. Falando da realidade da historiografia brasileira, o recurso aos jornais trouxe grandes avanços às pesquisas históricas.

Necessário salientar que o uso da imprensa enquanto fonte histórica se dava de maneira apenas secundária, como recurso para confirmação de análises pautadas em outras documentações. Utilizar-se de periódicos impressos tem benefícios para a produção historiográfica, pois estas, enquanto objetos de estudo, são instrumentos de intervenção social e manipulação de determinados interesses. Não há como negar que para o estudo da História do Brasil contemporâneo, utilizar fontes impressas tem grande relevância. Tânia Regina de Luca, no seu artigo *História dos, nos e por meio dos periódicos*, presente no livro *Fontes Históricas*, organizado pela professora Carla Bassanezi Pinsky, afirma que o papel desempenhado pelos jornais em qualquer tempo histórico, mas especialmente em períodos de regime autoritário, tem ressonância nas preocupações contemporâneas.

Neste sentido, o propósito deste trabalho, que já foi exposto acima, nasce de um importante debate acerca de como a História, enquanto matéria escolar, ainda apresentar uma grande defasagem entre o conhecimento histórico produzido na academia, através de pesquisa científica, e os seus "resultados" difundidos nos sistemas de ensino pedagógicos da educação básica. Em *Historiografia, memória e ensino: percursos de um reflexão*, a professora Maria da Glória Oliveira destaca que dentro do ofício de historiador, um dos traços e tarefas mais importantes é a sua atuação como professor de História.

Em convergência com os estudos acerca do ensino de história e da importância do papel do professor em sala de aula, apontamos também a necessidade de elaboração de materiais didáticos, e no caso específico do trabalho proposto aqui nesse espaço textual, um material paradidático. Marieta Moraes Ferreira, em *Desafios do ensino da História*, entende que os materiais didáticos devem desenvolver a capacidade crítica do aluno mediante

---

\* Mestre em História Pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC.

<sup>3</sup> A adoção do termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime autoritário subsequente, representa a marcação de um posicionamento dentro dos embates teóricos em torno do caráter da conspiração que destituiu João Goulart do executivo federal e dos posteriores anos de estado de exceção. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, endossamos a aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

problematização dos diversos discursos e interpretações existentes. O debate historiográfico sobre a conjuntura que levou ao golpe em 31 de março de 1964 parte de interpretações tanto no campo da História quanto da Ciência Política.

Os primeiros estudos históricos relativos ao Golpe de 1964 tardariam, tendo em vista as dificuldades inerentes a chamada "História do Tempo Presente", além é claro da carência de fontes documentais. Discutir as mais diversas concepções sobre esse momento histórico, seja no campo da história ou da ciência política, constitui-se parte importante deste projeto. Identificar e refletir sobre as principais perspectivas de entendimento do Golpe de 1964 é de suma importância para qualquer investigação, seja voltada para a educação e suas estratégias pedagógicas ou para a pesquisa acadêmica. Com objetivo de problematizar as relações entre Estado e oposição, levando em consideração os complexos mecanismos de dominação política e social a partir do golpe de 1964, Maria Helena Moreira Alves<sup>4</sup> faz uma análise do período presidencial de João Goulart.

A necessidade de uso da denominação "Empresarial-Militar", segundo estes pesquisadores, se dá pelo profundo teor classista existente no Golpe de 1964, e do regime que entrava em vigência a partir dali. Perceber como importantes associações civis como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em aliança com Escola Superior de Guerra (ESG) trabalharam incessantemente em campanhas conspiracionistas e golpistas que descaracterizavam o regime democrático denotam a necessidade de identificar quais segmentos civis elaboram um projeto de tomada e remodelagem de estado. A adoção do termo "empresarial-militar", surgida na tese de René Dreifuss, talvez seja um caminho para criticarmos às novas abordagens que procuram "anistiar historiograficamente" aqueles que procuram equiparar todos os sujeitos sociais que participaram e viveram aqueles anos. Igualar as responsabilidades da "sociedade" e dos "golpistas" e "ditadores" possa não ser opção para que as reflexões e análises históricas contribuam de maneira direta na sociedade.

A partir de questões pontuais como a campanha da legalidade em torno da posse de João Goulart, da emenda parlamentarista, das reformas de base, do plano trienal, da conjuntura pré-golpe, do momento do golpe até à posse de militar Castelo Branco, objetivaremos a construção do conhecimento histórico através da elaboração de um material paradidático que exponha e problematize esses pontos sob o prisma da realidade maranhense, servindo de conteúdo auxiliar para os professores de História da rede pública do Maranhão. O interesse tal material têm em vista responder a uma necessidade muito comum no ensino de História no Maranhão: a ausência de abordagem em materiais didáticos das escolas, sejam elas públicas ou privadas, sobre o governo Goulart. Seguindo a linha de pesquisa *Historiografia e Linguagens* escolhida por este projeto, a proposta de trabalho descrita no corpo deste texto tem como propósito desenvolver uma perspectiva crítica, tanto de alunos quanto de professores. O conhecimento historiográfico acerca do governo João Goulart e dos primeiros momentos da Ditadura Empresarial-Militar, além do enfoque na questão metodológica (jornais maranhenses como recurso didático) utilizados para a pesquisa, desenvolverão uma consciência crítica que transformará as ações do profissional docente no cotidiano escolar local. Portanto, a utilização dos jornais como recurso metodológico para elaboração de um paradidático que poderá ser usado em sala de aula construirá um conhecimento pautado nas reflexões sobre as dimensões materiais, práticas e cognitivas do ensino aprendizagem. Logo, esta pesquisa e produção histórica aqui proposta tem profunda ligação com o eixo *História, Historiografia e Recurso Didático*, inserido na linha de pesquisa **Historiografia e Linguagens**.

---

<sup>4</sup>MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

Neste sentido, concluímos que o seguinte projeto de pesquisa se encontra plenamente contemplado na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Tal proposta insere-se adequadamente na linha **Historiografia e Linguagens** bem como na proposta de Mestrado - *História, Ensino e Narrativas*. Neste sentido, a pesquisa apresenta grande relevância, pois poderá contribuir no caminho de solução para esse problema, já que o trabalho aqui proposto visa ampliar o conhecimento da academia e da sociedade maranhense sobre esse importante momento da História Política brasileira, estabelecendo novas estratégias pedagógicas através da elaboração de um material paradidático sobre o período pré-golpe.

## REFERÊNCIAS

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. in PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização, 2011.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FILHO, Eduardo Meinberg Albuquerque Maranhão. Para uma História do Tempo Presente. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.
- LDB nacional [recurso eletrônico]: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159)
- MACHADO, Eduardo de Andrade. **História do Tempo Presente: um desafio possível**. [http://tempopresente.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5310:historia-do-tempo-presente-um-desafio-possivel&catid=36&Itemid=127](http://tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5310:historia-do-tempo-presente-um-desafio-possivel&catid=36&Itemid=127).
- MELO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- \_\_\_\_\_. Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural** (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

## **A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO EM SALA DE AULA: Perspectivas para o ensino de história do tempo presente.**

**Mariana da Sulidade\***

O que pensar e refletir em sala de aula sobre o tempo, a humanidade e o espaço, e que relação essa dinâmica estabelece com a construção do conhecimento histórico e suas múltiplas linguagens ? Essas questões se apresentam como imperativas na construção do conhecimento histórico em sala de aula. Compreender a prática escolar no Maranhão lança luz ao objeto que nos interessa *O ensino de História e a Questão Agrária no Maranhão*, ou seja, traduzir uma historiografia que pontue sua relevância no ensino de história na construção de saber histórico de uma lugar social, ou mesmo na perspectiva de construir uma operação em que consiste o conhecimento histórico em ação. (CERTEAU, 2012).

No sentido de contribuir para a construção do conhecimento histórico procuramos desenvolver um ensino de história capaz reconhecer a relevância da Questão Agrária e dos agentes envolvidos que pese a atuação dos movimentos de luta pela terra, na construção política e social do Maranhão e do Brasil tendo em vista as particularidades do estado durante a Ditadura Empresarial-militar e no processo de Redemocratização, a partir dos conflitos emergentes em torno das disputas pela terra na Ditadura Civil Militar nos anos de 1979-1988 no Maranhão. Esclarecemos o quão desafiador é a relação entre ensino de História e Ditadura.

Estamos seguros sobre o quanto ainda precisa ser feito para repensar as abordagens do movimento autoritário de 1964 nos materiais didáticos e nas aulas de História. No entanto, as contribuições sobre memória e História (BURKE, 2000) contribuíram para refletirmos sobre o processo de construção de esquecimento em torno dos eventos traumáticos na História do Tempo Presente (SOSNOVKY, 1997). Ainda sobre eventos traumáticos e disputas de memória, foram inseridas na presente dissertação as discussões que perpassam o lento processo de Justiça de Transição, entendido também como o direito à memória das vítimas do regime autoritário de 1964 (PADRÓS, 2003).

Dessa forma, o ensino de História tem um papel fundamental para democratizar o saber histórico a respeito da ditadura empresarial-militar e construir uma aprendizagem significativa sobre proteção de direitos, cidadania e democracia. O desafio de um ensino de história voltado para a construção do sujeito histórico, levou este campo à aproximação entre currículo e teoria da História na tentativa de resolver (ou propor) questões do próprio ensino de História na contemporaneidade. (BARROSO, 2010).

Evidentemente a relação entre ensino de História e consciência histórica é um caminho imprescindível para se repensar a apropriação de sujeitos na articulação passado- presente-futuro. A inserção da temática da questão agrária a partir do movimento camponês em sala de aula contribui para a construção do conhecimento histórico representando um campo de disputas sobre o "o que construir como saber histórico escolar ?" e "por que construir?" na necessidade (e construção dela) de uma concepção de historiográfica que abarque a sua representação na sala de aula, já que esta também é espaço de uma operação historiográfica uma vez que procura representar no presente um passado. (RICOER, 2007, p.147)

Nessa disputa optamos defender à concepção segundo qual ensino de História não pode se esquivar de ampliar a percepção de variadas experiências históricas das quais a Questão Agrária e suas problemáticas revelam para a compreensão do Maranhão Contemporâneo. (FONSECA, 1993.) Muito se tem a fazer na reconstrução da memória social das resistências camponesas, assim como das inúmeras violências institucionalizadas sofridas por milhares de

---

\* Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC.

pessoas no Brasil rural. Assassinatos, estupros, espancamentos, incêndios, destruição de bens materiais, expropriação e expulsão são algumas das muitas práticas presentes nas narrativas sobre o campo, sobre a luta pela terra.

Nenhuma dessas práticas está presente no processo de construção do saber histórico em sala de aula, ou seja, nas formas de como o ensino de História se apresenta no movimento de construção da memória social do país e construção do conhecimento histórico escolar. Revisitar a historiografia sobre as lutas camponesas no Brasil e Maranhão diante de novas fontes constitui um desafio para reconstrução da História do Tempo Presente, não se trata da dicotomia vítima x acusado, ou a judicialização do conhecimento histórico em sala de aula, mas não perder de vista a máxima de Peter Burke sobre a função social do historiador que corresponde lembrar o que a sociedade deseja esquecer. Desse desafio, o ensino de História não pode se furtar. Durante a Ditadura Civil Militar o projeto de concentração fundiária passa ser o centro da política econômica. Nas décadas de 1970-1980 o que vemos é tanto a repressão militar ao movimento camponês quanto a emergência do agronegócio. Embora compreendamos o Estado como o principal patrocinador da política latifundiária, é importante ressaltar os movimentos contra-hegemônicos envolvidos na problemática da Questão Agrária.

Assim, observamos a emergência do movimento camponês, do movimento quilombola, da questão indígena e de tantas formas possíveis de modo de produção e relação com a terra negligenciados pelas políticas públicas em especial às de cunho estadual. O fenômeno político derivado das relações entre terra e poder no Brasil é o ponto nodal para se construir o conhecimento histórico sobre o país. Portanto, tal projeto está intimamente relacionado com os conceitos de *tempo histórico* e *sujeito histórico*, uma vez que permite o conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas ligados à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra.

O Maranhão, durante as décadas de 1970 e 1980, foi um dos estados que mais registrou casos de assassinatos de camponeses. Por outro lado, também possui uma extensa historicidade sobre formas de resistências na luta pela terra. Partimos da premissa que entender o binômio entre terra e poder no Brasil é central para a compreensão das estruturas de poder estabelecidas em longa duração no país, não sendo diferente no estado do Maranhão. A ausência desse tema em sala de aula compromete a compreensão de parte significativa da nossa história, obstaculizando, portanto, a construção de uma consciência histórica. A partir da década de 1980 o debate sobre a Questão Agrária ganha fôlego com o processo de abertura política. A criação do MST (Movimento Sem Terra), da Comissão Pastoral da Terra e do "alargamento" da participação da sociedade civil.

A participação política, todavia, pode ser encarada como limitada visto o modelo de transição política negociada com permanência da tradição autoritária do Brasil verificados pelas limitações da própria redemocratização do país. A tarefa de repensar o ensino de História do Maranhão pautando na questão agrária está intimamente relacionado com os conceitos de *tempo histórico* e *sujeito histórico* uma vez que permite o conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas ligadas à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra. É compreendendo a realidade histórica do estado que se desperta a noção de pertencimento e de sujeito ativo, noções essas de extrema importância para o saber histórico escolar.

Nesse contexto, os estudos históricos desempenham um papel importante, na medida em que contemplam pesquisas e reflexões das representações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social, em uma época. Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua , região e



à sociedade nacional e mundial (PCN, 1998).

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.
- BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura n. 5 Rio de Janeiro 1995, p. 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e Poder. Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo. Annablume, 2013.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História Ensinada. Campinas - São Paulo**. Papirus, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Vol. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Os intelectuais. O princípio Educativo. O Jornalismo**. Vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LEMONS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964** Topoi, n. 5, Rio de Janeiro, 2002.
- LINHARES, Maria Yeda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1981.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Ensino Fundamental. História** Brasília: MEC, 1998.
- PENNA, F. **“Operação Ensino de História”**. IN: Anais do Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo, 2012
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

## O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MDB NO MARANHÃO (1965)

Paulo Leandro da Costa Moraes\*

O golpe empresarial-militar<sup>5</sup> de 1964, e sua subsequente ação de controle da política produziu um importante elemento de reconfiguração da política partidária: O bipartidarismo (1965). Entre os mecanismos produzidos pela regime empresarial-militar para a instituição da organização bipartidária estavam o Ato Institucional Nº 2, que extinguiu os partidos até então existentes e o Ato Complementar Nº 4 que imporia regras na criação de novas agremiações partidárias.

Dentro dessas condições se formaram duas organizações partidárias, uma de apoio a Ditadura Empresarial-militar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA); e outra de oposição consentida: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto essa reconfiguração partidária no Maranhão é adaptada a partir de particularidade regionais específicas que a ressignificam a partir das idiossincrasias partidárias locais.

Logo, apesar do bipartidarismo não ser resultado imediato das questões políticas maranhenses, ele acaba sendo muito bem adaptado no intuito de amenizar as forças de uma possível oposição ao governo de José Sarney. As acomodações políticas ocorrem como resultado de um discurso hegemônico, que perpassa o sucesso eleitoral de José Sarney, e “revolucionário” da Ditadura Empresarial-militar, bem como pelo aparelho privado de hegemonia utilizado de forma ampla pelas forças arenistas no Maranhão em relação evidente com o governador José Sarney, que, por sua vez, não poupou esforços para a criação de uma base política que sustentasse as medidas por ele implantadas no estado.

Se, por um lado, como destaca Wagner Cabral (1997, p.10), a ARENA-MA estaria “dilacerada pelos conflitos intestinos”, causados, sobretudo, por uma continuidade das disputas dos agentes políticos do estado dentro daquela sigla partidária e pela tradição governista, por outro não se pode negar que todo o complexo jogo político de então dificultava as condições de fortalecimento de um partido de oposição. O próprio processo de instauração do bipartidarismo convergia para a hegemonia da ARENA, e no Maranhão isso não foi diferente. Deve ser ter em mente todo um complexo contexto de incertezas no campo partidário, que era mediado pelos diferentes artifícios políticos e ideológicos ligados a um partido que é hegemônico não só no Maranhão, mas que é criado nacionalmente como sustentáculo político da Ditadura Empresarial-Militar. Portanto, essa relação entre José Sarney e a ARENA no Maranhão não pode ser feita de modo direto, sem estabelecer algumas ponderações, entre elas a diversidade que compõe a ARENA-MA<sup>6</sup> e suas implicações diretas nas facções que compunham o partido.

Nesse sentido é importante levar em consideração a complexidade partidária que o estado passava, com o fortalecimento do PTB desde 1963, em que muitos deputados do PSD

---

\* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Membro do Nucleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), E-mail: leandro.historia@outlook.com.

<sup>5</sup> Sobre as condições em que se circunscrevem o golpe de 1964, é relevante observar o que foi defendido por DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe, 3ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1981. O autor destaca a presença empresarial na condução do Golpe sobretudo a partir de interesses multinacionais e associado, baseado em políticas desenvolvimentistas, em conjunto com o aparecimento de um novo conjunto de agentes sócio-políticos, foram fundamentais “a formação de um aparelho civil e militar modernizante”. Nesse sentido é o Termo empresarial-militar, permite delimitar as frações da sociedade civil que atuaram ativamente não apenas no projeto de deposição de João Goulart, quanto nas deliberações do regime que se instaurou posteriormente.

<sup>6</sup> O partido foi composto na sua criação por 6 deputados do PSD, 4 das “oposições coligadas”, 5 do PSP e um deputado do PTB.

maranhense vão compor o partido com a finalidade de participar do governo João Goulart e como sustentação das Reformas de Base. No Maranhão, o partido ganha fôlego com a ampliação da hegemonia das “Oposições Coligadas” e sua vitória nas eleições de 1966 para o governo estadual e o enfraquecimento do PSD local.

Esse conjunto de mudanças no âmbito partidário revela o ambiente politicamente cambiante em que o bipartidarismo é instaurado no Maranhão, onde a composição dos partidos não se dá de forma tão direta como a defendida na imprensa local (Oposições Coligadas – ARENA/ PSD - MDB). É possível identificar a complexidade desse contexto no conjunto de deputados que vão compor os partidos quando da sua instalação no estado, evidenciando, por exemplo, a divisão existente no PSD maranhense, que se faz presente nos dois partidos nascentes.

É importante destacar nesse contexto, o que se compreende como a cultura partidária do estado, que, conforme ressalta Arleth Borges a distinção dos partidos no Maranhão não é caracterizada de modo tradicional (direita/esquerda), mas sim em termos de oposição e governismo, se tornando uma tarefa extremamente difícil enquadrar os partidos nessas classificações, “devido a incrível frequência e velocidade com que se alinham numa ou outra posição” (BORGES, 2006, p. 13). Esse aspecto se relaciona a uma determinada tradição governista presente na cultura partidária do estado que, de acordo com Costa (2002), explica a presença substancial de políticos na ARENA-MA. Caldeira também destaca a transferência comum de candidatos da oposição para o partido situacionista, “conforme as pressões e as ofertas manifestadas pelo executivo, dentro de pacto firmado entre este e o legislativo” (CALDEIRA, 1978, p.79).

Portanto não se pode observar a formação do MDB no Maranhão esse momento histórico sem levar em consideração essa variedade de questões que marcaram a implantação do Bipartidarismo no Maranhão. Destacando-se que a hegemonia da ARENA sobre o MDB é resultado de todo um complexo político, que buscou produzir uma oposição que pudesse atender aos diferentes interesses governamentais.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Arleth Santos. ELEIÇÕES 2006 E MUDANÇA POLÍTICA NO MARANHÃO: alternância de governo e cenários para a alternância de políticas. **Fundação Joaquim Nabuco**. 2006. Disponível em: <  
[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2169%3Aeleicoes-2006-e-mudanca-politica-no-maranhao-alternancia-de-governo-e-cenarios-para-a-alternancia-de-politicas&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2169%3Aeleicoes-2006-e-mudanca-politica-no-maranhao-alternancia-de-governo-e-cenarios-para-a-alternancia-de-politicas&catid=58&Itemid=414)>. Acesso em: 14 de mai. de 2018.
- COSTA, Wagner Cabral. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís: 1997. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2016.
- \_\_\_\_\_. Novo Tempo / Maranhão Novo: Quais Os Tempos Da Oligarquia? SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002. p. 13-24.
- CALDEIRA, José de Ribamar Costa. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978.

## O ENSINO DO HOLOCAUSTO ATRAVÉS DA MEMÓRIA E DA LITERATURA

Priscilla Piccolo Neves\*

A exposição dos posicionamentos dos historiadores acerca das repugnâncias cometidas pelo nazismo, das atrocidades executadas e apoiadas pela própria população alemã durante este regime e, por sua vez, os desdobramentos e o legado deixado para a humanidade, demonstram a atualidade e a importância do tema. Os embates em torno da memória do nazismo e, destacadamente, sobre o Holocausto, dividem os historiadores e são responsáveis por uma das mais intensas querelas entre os estudiosos do tema.

A despeito da solidez da produção acadêmica sobre o nazismo, ainda existe um distanciamento muito grande entre a produção acadêmica e o cotidiano escolar. A hipótese central desta pesquisa reside na possibilidade de reconfigurar o ensino do Holocausto na educação básica através do uso de obras biográficas como ferramenta pedagógica. Neste trabalho, assim, está sendo pensado como caminho para a redução deste fosso entre a academia e o cotidiano escolar a aproximação entre a história e a literatura, vislumbrada aqui como ferramenta capaz de dinamizar o ensino do nazismo nas escolas da rede básica e, desta forma, constituir-se como um caminho possível para alterar o quadro do ensino do holocausto de acordo com as práticas propostas pelo Plano Nacional de Educação.

Partilha-se aqui da perspectiva de que o uso da literatura como ferramenta pedagógica em sala de aula é crucial para compreender o caráter de mudança e continuidade em torno dos novos métodos de investigação da história e de seu ensino. Impossível pensar no ensino de história sem levar em consideração sua multiplicidade pedagógica existentes na atualidade. Algumas obras literárias reproduzem de uma forma mais didática fatos históricos. De acordo com Christian Laville (1999), no passado, o dever do ensino de História era apenas uma forma de educação cívica, ou seja, tinha o papel de confirmar a nação no estado em que se encontrava no momento, legitimando sua ordem social e política, ensinando ao povo respeito por ela e dedicação para servi-la. O aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça de narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada.

Com a modernização tecnológica e com avanços no campo das pesquisas pedagógicas, surgiu a necessidade de se repensar as formas de ensino, embora muitas instituições ainda optem por usar métodos menos inovadores e se atenham apenas ao livro didático como recurso metodológico. A progressão dos estudos didáticos vem mostrando que cada vez mais é possível ensinar e formar uma consciência crítica com recursos que acompanham a modernização.

Usando como princípio a constatação de Vesna Gidiva e Valentina Hlebec (1999) de que é mais do que evidente que ensinar História é antes de tudo um trabalho ideológico e político e não uma questão de normas profissionais pode-se destacar o quanto a utilização de outras formas de ensino é importante para a formação de uma consciência crítica do aluno. O presente trabalho, assim, se propõe a construir ferramentas pedagógicas capazes de viabilizar a inserção de obras literárias no ensino de História, envolvendo temas que permeiam os fatos ocorridos na Alemanha durante o período nazista. Está sendo proposta, então, a utilização de obras biográficas que contenham testemunhos de vítimas deste período, numa tentativa de trazer para o aluno uma ferramenta pedagógica que o aproximaria emocional e historicamente

---

\* Doutoranda do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista CNPQ pelo INCT – PROPRIETAS

do fato histórico. Em função da utilização de novos recursos didáticos, tornar-se-á possível a implementação de novos métodos para dinamização do ensino básico escolar. As obras literárias são apenas mais um desses recursos. Sua utilização deve ser sublinhada, pois permite a quebra das barreiras disciplinares nas escolas.

O Brasil ainda possui muitas escolas em que as formas de ensino ainda não dialogam com as novas formas de se pensar o Ensino de História, continuando presas a paradigmas doutrinários mais próximos ao século XIX do que ao XXI. Para muitos pesquisadores, ainda é válida a ideia de que o Ensino de História tem como sua principal função moldar a consciência e a ditar as obrigações e os comportamentos para com a sociedade, ao invés de guiar os cidadãos para desenvolverem uma capacidade autônoma e reflexiva, para participarem da sociedade de uma forma colaboradora. O papel do professor é conciliar as diferentes interpretações de um fato, explorando a diversidade presente na pluralidade das interpretações, estimulando assim um senso crítico no aluno, ensinando-o a questionarem todo o tipo de verdade, pois, para a História, não existe uma verdade absoluta. Podemos ver a História como uma investigação permanente dos fatos, uma vez que seu objeto de estudo foi produzido através de interpretações de algumas pessoas de um mesmo tema. Os testemunhos contidos nas obras biográficas, desta forma, podem ser uma importante ferramenta para esta investigação, pois, muitas vezes, são escritos de uma forma mais clara e interessante, o que acaba estimulando o interesse dos alunos pelo tema, constituindo-se, assim, em poderosas ferramentas capazes de dinamizar o cotidiano escolar.

A importância deste estudo remete ao fato de se sublinhar e tentar comprovar teorias pedagógicas de utilização de outras ferramentas para além do livro didático. A infeliz atualidade do tema, fruto da permanência do projeto nazista em muitos movimentos políticos da contemporaneidade, indica que muito ainda há a ser pesquisado. A cultura escolar, assim, não pode ficar à margem dessa necessidade.

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. **História**. São Paulo. Vol. 22. 2003;
- \_\_\_\_\_. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista**. Curitiba. Vol. 42. 2011;
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: PLND em perspectiva. **Educar em Revista**. Vol. 46. 2012;
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996;
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003;
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 21. 2008;
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003;
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 19, nº 38. 1999;
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990;
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996;
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo. (org) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012;
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2007;

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 15. 2010;

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 31, n° 60. 2010.

## ESTADO E GOVERNO SARNEY: configurações governamentais e relações de poder

Raíssa Caroline Macau Mendes\*

O golpe Empresarial-Militar ocorre em 1964 depondo o presidente democraticamente eleito João Goulart sob fortes acusações de comunismo e risco à sociedade brasileira. Com isso, as dinâmicas no país mudaram radicalmente em vários setores, relacionando a questão do desenvolvimentismo econômico, principalmente, em relação ao consumo dos bens duráveis, as construções projetadas, sendo o principal responsável pela questão econômica no Brasil o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como metas o combate da inflação, aumento dos investimentos estatais, reforma no Sistema Financeiro Nacional, dentre outras.

A partir desse plano do Estado Restrito, as reformulações econômicas no Maranhão começaram a consolidar-se, principalmente no que se refere à estrutura fundiária, com subsídios estatais e abertura para os investimentos do capital financeiro, sobretudo, o estrangeiro e multinacional.

Nessa perspectiva, o projeto político do governo de José Sarney, a partir de 1966, visava a abertura para investimentos de diversos setores econômicos e, nessa conjuntura, as relações políticas eram de extrema importância para a inserção do capital, haja vista as percepções que o Maranhão deveria tomar frente aos estados do Centro-Sul, ou seja, a política do “Maranhão Novo” exemplificava “novos tempos” ao estado. Diante da tomada militar, a dinâmica brasileira muda completamente, dando início a uma nova execução aos poderes governamentais em cunho federal, mas também nas fronteiras dos poderes estaduais. Dessa forma, aqueles que estavam contra o novo governo seriam, de alguma forma, “tirados” e posto um aliado no lugar.

Não foi diferente no Maranhão, pois o domínio estadual *viduarista* não estava nos parâmetros dos ditames ditatoriais do governo. Diante disso, muito impulsionou a política do “Maranhão Novo” na perspectiva de destacar alianças nos setores do Estado Restrito, mas também na Sociedade Civil; utilizando mecanismos estruturais e projetos arquitetados pelos Intelectuais Orgânicos, sendo o próprio Sarney a principal figura em toda a conjuntura de pensamento. Além disso, as divulgações dos Aparelhos Privados de Hegemonia destacam a funcionalidade na dualidade entre Estado e Sociedade, apresentando indícios de apoio e reverência ao novo governador. Assim sendo, o “Milagre Maranhense” tinha como premissa as relações econômicas com os planos econômicos, envolvendo o capital financeiro e multinacional, quer dizer, a abertura econômica, promovida pela ação estatal, favoreceu diretamente a burguesia empresarial, no que a atuação das Superintendências será de fundamental importância.

Além disso, politicamente foram viabilizadas as prerrogativas para a tramitação de projetos que se desdobraram na consolidação da concentração de terras, favorecendo a formação de latifúndios e inviabilizando qualquer possibilidade de Reforma Agrária. Em outras palavras, a dinâmica de funcionamento do projeto de “Milagre Maranhense”, pautado no desenvolvimento dos setores industriais e de infraestrutura, tem como um de seus alicerces a chamada Lei de Terras de 1969<sup>1</sup>, conhecida também como, Lei de Terras Sarney, que promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio no Maranhão.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista de Mestrado/UEMA. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo.

<sup>1</sup> Lei nº 2.979, aprovada em 17 de julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969.

## REFERÊNCIAS

ASSELIN, Victor. **Grilagem:** corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política, volume 3. Caderno 13. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, UFMA, vol. 11, nº 1, p. 1-21, janeiro-junho de 2007.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos de 1960 e 1970. IN. MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real:** dois planos que mudaram a economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.



## **A AÇÃO DA POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO/ DIREÇÃO GERAL DE SEGURANÇA (PIDE/DGS) ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO JORNAL O SÉCULO EM 1974**

Raniele Alves Sousa\*

O estudo e análise sobre a ditadura estado-novista mostra-se de total importância para se entender as linhas interpretativas da historiografia portuguesa sobre a atuação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), conhecida como polícia política e caracterizada como um dos principais aparelhos repressivos do Estado Novo.

O presente projeto visa contribuir com a ampliação das produções historiográficas e acrescentar novas perspectivas interpretativas à historiografia portuguesa sobre a ação da polícia política. Para esse trabalho, serão analisadas as matérias/editoriais que estão impressas no jornal “O Século”, durante 1974.

A ditadura salazarista foi instaurada através do golpe de Estado militar, em 28 de Maio de 1926, fato este que derrubou a I República Portuguesa, instaurada em 1940, instituindo a chamada Ditadura Nacional Militar, que posteriormente transformou-se num regime ditatorial civil, erigido pelo novo chefe do governo, António de Oliveira Salazar.

Através da instituição de uma nova constituição em 1933, que representou a concretização dos ideais de Salazar, proclamou-se em Portugal uma “República unitária e corporativa”, inspirada no corporativismo, na doutrina social da igreja e nas concessões nacionalistas, que Salazar ergueu, a partir de 1933, o Estado Novo, assim chamado por motivos ideológicos e propagandísticos, caracterizando-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista.

Diante de toda instabilidade que a I República trouxe, o Estado Novo centrou-se na busca do espírito patriótico, visando uma modificação do agir e pensar do homem português, para que esse se transformasse, Fernando Rosas afirma em “O Novo Homem do Salazarismo”, esse novo homem português, foi levado autoritariamente ao espaço e as sociabilidades privada da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua gestão. (ROSAS, 2001, P.1031-1032)

O Estado Novo sobreviveu até mesmo à morte de seu mentor, em 1968, pois continuou sob vigência de seu sucessor Marcelo Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”<sup>1</sup>. Marcelo Caetano, era o principal candidato para substituir Salazar após sua morte. Deste modo, em 27 de Dezembro de 1968, esse tomou frente ao governo português, marcando mudanças e permanências em relação ao salazarismo, como suas ideias reformatórias, com o objetivo da modernização do país, dentro daquilo que o regime e a constituição lhes permitiam.

Além da matriz ideológica e propagandística que o Estado Novo possuiu, outro grande aspecto destacável deste regime foi a ação da polícia política portuguesa que se caracterizou como o principal aparelho repressivo, servindo essa para intimidar aqueles que não

---

\* Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista UEMA pelo projeto: O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma Análise Comparativa entre os casos de Portugal e do Brasil. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC/UEMA), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo. E-mail: ranielesousaalves170@outlook.com.

<sup>1</sup> Refere-se ao período inicial do governo de Marcelo Caetano (1968-1970), assim denominado por conta da expectativa da reforma em relação ao regime que vigorou anteriormente.

concordassem com o regime, e destruir os opositores organizados.

A PIDE<sup>2</sup> foi criada em 22 de Outubro de 1945, em substituição da PVDE<sup>3</sup> (Política de Vigilância e Defesa do Estado, 1933-1945), continuando a ser tutelada pelo Ministério do Interior, e unificando todos os organismos com a função de repressão e prevenção política dos crimes contrários ao Estado Novo.

Na substância, permaneceram na PIDE, da anterior PVDE, aspectos essenciais, que passaram, porém, a ficar legislados e especificados na lei. Um deles foi a noção de uma polícia “preventiva”, no sentido de prender os habituais “contraventores”, antes que estes passassem ao ato. (PIMENTEL, 2011, p.140).

A chamada polícia política tinha diversos poderes, dentre eles o de exercer a prisão preventiva (momento em que era tido como oportuno às torturas aos presos). Por vez, contou com uma ampla rede de informação, que abrangia pessoas, pagas ou não, e que serviram para dispersar o medo entre a sociedade portuguesa, e demonstrar que ser contrário ao regime seria ir de encontro à perseguição que essa fazia.

O medo constante que a polícia política transmitia aos portugueses, possibilitou que esses criassem uma imagem negativa da mesma, fazendo com que o sucessor de Salazar (Marcelo Caetano) a dissolvesse, criando em 24 de Novembro de 1969, a DGS (Direção Geral de Segurança), que embora tenha passado por uma reorganização em 1972, continuou com os mesmos poderes e a mesma função de sua antecessora, modificando apenas a diminuição do prazo de prisão preventiva para três meses. O Marcelismo enfrentou oposição redobrada, e para manter-se no poder, a DGS redobrou também o seu cenário repressor e violento.

Contudo, a Primavera Marcelista foi destituída pela Revolução dos Cravos de 1974. Só então, o regime ditatorial português foi derrubado por um novo golpe militar, levado a cabo pelas patentes intermediárias das Forças Armadas, envolvidas diretamente em uma guerra colonial, que vigorava desde 1961, em três teatros africanos (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau), marcando a transição para a Democracia, que ocasionou em uma forte represália contra a Ditadura. Assim, foi exigido a criminalização da PIDE/DGS e, portanto, a prisão dos que dela fizeram parte e contribuíram para que a mesma fosse por um longo período o principal aparelho repressor do Estado Novo.

Compreende-se, portanto, que o estudo e pesquisa acerca do Estado Novo e, sobretudo, da ação de sua polícia política PIDE/DGS, é primordial para entender e mapear as principais linhas interpretativas da historiografia portuguesa sobre essa temática, além de proporcionar um maior entendimento do motivo da durabilidade de um regime que sobreviveu mais cerca de trinta anos à derrota dos nazifascistas na II Guerra Mundial. Durante o Estado Novo, o jornal O Século, assim como outros jornais portugueses, sofreu com a ausência de liberdade de expressão, por conta da censura prévia que foi instaurada logo após a instituição da Ditadura Militar de Salazar, que mesmo não citando a censura de forme explícita, deixava isso claro nas entrelinhas.

## REFERÊNCIAS

PIMENTEL, Irene Fluenser. **A Polícia do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, Justiça e memória**. In. Acervo, v.24, n°1, 139-156. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **O salazarismo e o Homem novo de Portugal: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo**. In: Análise social. Revista do instituto de Ciências Sociais de Lisboa. v. 25, n°157, p.1031-1054, 2001.

<sup>2</sup> A Polícia Internacional de Defesa do Estado era considerada um organismo autônomo da Polícia Judiciária.

<sup>3</sup> Política de Vigilância e Defesa do Estado tinha como função a guarda das fronteiras, o controle dos estrangeiros e fiscalização da emigração e segurança do Estado.

## A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PRÓ-ANISTIA NO MARANHÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI) – (1978-1980)

Ruan Fernandes de Almeida\*

Este trabalho vem a contribuir no debate acadêmico sobre a atuação do principal órgão de informações, o SNI, durante a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira, enquadrando o período de Transição Política (1978-1980), momento em que as atividades da sociedade civil em prol da Anistia foram intensas, cabendo ao Serviço Nacional de Informações (SNI) documentar tais atividades. A pesquisa tem como foco a recuperação das especificidades maranhenses, no âmbito político, durante o período da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil durante o momento de Transição Política. Esse trabalho é voltado para a análise dos dossiês montados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), que segundo Fico “[...] era o órgão central do SISNI<sup>1</sup> [...] competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional” (FICO, 2001, p. 81). A pesquisa analisa o discurso do SNI produzidos através de documentos acerca da atuação das organizações que no Maranhão participavam ativamente do processo de aprovação de Lei da Anistia, ocorrida no dia 28 de agosto de 1979.

Dentro das organizações, que serão observadas, inicialmente pelo ponto de vista dos agentes do SNI, estão o **Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão**, criado em 1978 em diversos estados do Brasil, que “[...] reunia estudantes, advogados, artistas, membros da Igreja Católica e pretendia estabelecer uma articulação com as oposições sindicais e representantes de movimentos de bairros” (DEL PORTO, 2009, p.47); a **Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos**, formada em 12 de Fevereiro de 1979 com atuação na grande São Luís; **Ação Católica Operária/Maranhão** e **Comissão Estadual de Recepção e Apoio aos Exilados**. Os movimentos estudantis que eram a favor da Anistia também são enquadrados neste trabalho como a **União Nacional dos Estudantes**, que no dia 11 de agosto de 1937, o Conselho Nacional de Estudantes consolidou um projeto, almejado anteriormente, de criar a entidade máxima dos estudantes; a **Pastoral Universitária** e o **Diretório Central dos Estudantes/UFMA**.

Além do já citado **Movimento Feminino pela Anistia**, criado por Therezinha Zerbini, que reunia mães e familiares de presos políticos e de exilados brasileiros, pôde se destacar pela representatividade social das participantes, “Esposas, mães, filhas e irmãs se destacavam de modo especial pelo seu ativismo, o que tornava mais difícil o descrédito do movimento por parte da linha dura militar” (SKIDMORE, 1988, p.423).

O Serviço Nacional de Informações tinha diversas informações sobre os grupos favoráveis à anistia, desde seus estatutos, carta de princípios, comunicados de reuniões e veículos de comunicação próprios de tais movimentos, até atos públicos. Tudo aparecia informado em seus dossiês, inclusive frase ditas em eventos. Os dossiês do SNI aparecem relatando a situação, como teria ocorrido, de acordo com as informações coletadas, destacando seus lugares e datas, trazendo consigo anexos dos documentos citados no corpo do dossiê, validando as informações e já trazendo uma catalogação do que era produzido pelos movimentos investigados. A documentação é extremamente detalhada, contribuindo decisivamente para a organização e ação dos aparelhos de repressão, já que o Serviço

---

\* Graduando em História licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), bolsista FAPEMA. E-mail: ruan11.fer@hotmail.com

<sup>1</sup> Sistema Nacional de Informações, instituído em 1970.

Nacional de Informações não executava, sendo meramente informativo: “[...] os órgãos de informações, em tese, não efetuavam prisões, não faziam interrogatórios, nem instauravam processos [...]” (FICO, 2001, p. 111).

Percebeu-se também pela análise da documentação que havia uma extrema preocupação com as ações de movimentos pela anistia em outros estados pudessem interferir aqui no Maranhão. Outra consideração breve é do uso de expressões contidas nos documentos, como “esquerdizantes”, além do caráter preocupado e, por vezes exagerado, quando são retratadas acusações e/ou ações contra o governo, sendo às vezes destacado o grau de “agressividade que atacaram o Governo”.

## **REFERÊNCIAS**

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no Regime Militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. Nº. 3, ano 3. Campinas, Perseu, p. 44-72, 2009.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

**AS ENTIDADES PRÓ-ANISTIA DO MARANHÃO SOB A MIRA DO SERVIÇO  
NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI): Base documental e estrutura organizacional do  
complexo informativo. (1978-1980).**

*Victor Gabriel de Jesus Santos David Costa\**

As inquietações historiográficas a respeito dos desdobramentos ocorridos no Maranhão durante a ditadura empresarial-militar, colocando em foco o processo de abertura política, cria uma necessidade cada vez mais incisiva de se abordar tal temática. As reivindicações de certas frações da sociedade civil maranhense, contra as instituições autoritárias dos golpistas, por muito tempo tornam-se desconhecidas perante o meio acadêmico e comunitário. Construindo a ideia de um imobilismo social do Maranhão durante o processo de reivindicações contra o regime.

Um dos autores que afirma essa tal situação da sociedade civil maranhense é o Historiador José Caldeira, colocando este isolamento popular pró-abertura, motivado pela pouca influência que o Maranhão, dentre os anos de 1956 a 1976, sofreu em comparação aos acontecimentos a nível nacional. Colocando em pauta, a questão dos “longos mandonismos políticos, que foram capazes de imprimir-lhe uma estagnação social, política, econômica e cultural” (CALDEIRA, 1978, p. 57 apud ARAÚJO, 2016, p. 499-500). Entretanto, como o rebate, a historiadora Ana Raquel Alves de Araújo:

Segundo este trabalho, o ano de 1977 seria então o início de um novo período, coincidindo com as lutas sociais. Mas Caldeira publica em 1978, ano que os movimentos sociais ainda estavam iniciando no Maranhão e em todo o Brasil. O seu recorte temporal parece mais um resultado da coincidência com o presente (ARAÚJO, 2016, p. 499-500).

Araújo ainda cita que as principais abordagens a respeito de manifestações sociais, no período do regime, realizaram-se academicamente fora da área historiográfica. Explicando que tal fator decorre da crítica perante a historiografia baseada no tempo presente. “Nos últimos anos, todavia, essas críticas foram sendo diluídas em função da qualidade dos trabalhos que estão sendo produzidos” (ARAÚJO, 2016, p.503).

Assim sendo, este trabalho busca dinamizar as especificidades do Maranhão, no período de abertura política, dentre os anos de 1978 e 1980, esmiuçando criticamente as organizações que estiveram participando ativamente do processo de aprovação da Lei de Anistia, num ponto de vista referente ao que era articulado pelos agentes do SNI – Serviço Nacional de Informação. Essa abordagem é fundamental para compreendermos as funcionalidades da sociedade maranhenses nos âmbitos político e civil durante o processo de redemocratização.

Além dessas questões primordiais, que fundamentam a proposta deste projeto, tem-se, num contexto nacional, um novo momento político em desenvolvimento, em síntese: a crise política das frações dirigentes esquerdistas, e o ressurgimento de uma força altamente conservadora no poder, consolidando, paulatinamente, uma ideologia que, dentre as suas inúmeras manifestações retrógradas, visa enaltecer os prováveis pontos “positivos” do regime ditatorial, ocultando, na melhor das hipóteses ou, de forma mais realista, suavizando todos os acontecimentos nefastos daquele período não democrático, que trouxeram consequências

---

\* Graduando em História-Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no projeto "O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil". E-mail: victorgabriel605@outlook.com

negativas até os dias atuais.

Portanto, cabem a nós, historiadores, desenvolvermos análises críticas a respeito dos acervos da polícia política recém-disponibilizados, problematizando todos os discursos ali presentes direta ou indiretamente, tendo como responsabilidade, tornar acessível todos os trabalhos desenvolvidos, a respeito da temática abordada, num âmbito acadêmico e comunitário, visto que, a atual situação política no cenário nacional traduz uma nuvem de retrocesso pairando sobre o tempo presente.

## REFERÊNCIAS

### I) Fontes Primárias:

Dossiê: N° 013 – Capitania dos Postos – 03/07/1978  
Dossiê: N° 00030 - Delegacia de Ordem Política e Social/MA – 14/08/1978  
Dossiê N° ACE 000072/79 - 23/03/1979  
Dossiê N° ACE 00131/79 - 15/05/1979  
Dossiê N° ACE 000292/79 - 02/10/1979  
Dossiê N° ACE 000341/79 - 08/11/1979  
Dossiê N° ACE 000313/79 - 16/10/1979  
Dossiê: N° ACE 000021/79 -09/02/1978  
Dossiê N° ACE 000180/79 - 03/07/1979  
Dossiê N° ACE 000060/79 – 23/03/1979  
Jornal “O rumo”, 28/06 a 04/07 de 1978;  
Jornal “O rumo”, 05/07 a 11/07 de 1978;  
Jornal “O rumo”, 05/07 a 11/07 de 1978.

### II) Obras Gerais:

AIRES, José Luciano; CAVALCANTI, Jean Lucas. Revisionismo à Brasileira: Uma crítica às Interpretações Reacionárias sobre o Golpe de 1964. Artigo publicado nos anais do **II Encontro Nacional de História Política**, Universidade Estadual do Ceará, maio de 2017.  
ARAÚJO, Ana Raquel Alves. Sociedade Civil na Redemocratização no Maranhão: Revisão Historiográfica e Perspectiva de Pesquisa. In: PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracia no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís. EDUEMA, 2016;  
ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1985)**. Petrópolis: Vozes, 1984;  
BARRETO, Renata Caldas; BORGES, Arleth Santos. Ditadura, Controle e Repressão: Revisando teses sobre os Governos Militares no Brasil. **Revice – Revista de Ciências do Estado**, v1, n2, 2016, p. 107 – 129;  
BELO, Werbeth Serejo. Milagre econômico: A consolidação do Congresso em torno da orientação econômica do Governo Geisel nas páginas do Jornal “O Imparcial”. In. PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracia no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís. EDUEMA, 2016.  
COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989;  
\_\_\_\_\_. **Gramsci e as ciências sociais. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v9, n.34, 1990;.  
DREIFUSS, R.A. 1964. **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4° ed. Rio de Janeiro, 1986;

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Recod, 2001.

\_\_\_\_\_. **Além do Golpe: versos e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004;

MELO, Demian; HOELEVER. Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Revista Tempos Históricos**, v.18, n.1, 2014;

**Ditadura e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: EDUEMA, 2016.

QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e Informação: o sistema da Inteligência e regime militar no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000. (Dissertação de Mestrado);

ROSA, Jhonny Roberto. Do Esquecimento Institucionalizado ao Enfrentamento de seus legados: anistia e responsabilidade histórica. In. **Anais dos XVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis-SC, 2015.

SILVA, Franciso Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: DELGADO, Licílio; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VILLA. M. A. **Ditadura à brasileira - 1964 – 1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. SÃO PAULO: Leyla, 2014.

## **A POLÍTICA REPRESSIVA DO ESTADO NOVO: As ações da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) através das páginas do Diário de Lisboa (1968-1975).**

Victor Sallas Garcês Lima\*

Após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, que pôs fim à República democrática e parlamentarista portuguesa, o novo regime que estava por vir ainda teve que esperar até 1933 para assim então ser submetida a plebiscito uma nova constituição. Tal constituição foi implementada por Antônio de Oliveira Salazar um ano após sua nomeação para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1932. Com um caráter doutrinário e normativo, o Salazarismo representou-se, ademais por sua “forma tradicionalista, corporativista, autoritário, e acima de tudo extremamente nacionalista” (FERNANDO ROSAS, 2001, p. 1033).

Apesar da existência em Portugal de uma Assembleia Nacional e de um Parlamento, quem centralizava os poderes executivo e legislativo era o Presidente do Conselho de Ministros, dando assim maior autoridade a Salazar. Portugal viveu sob o governo paternalista e dominador de Salazar durante quase 40 anos, até o mesmo sofrer um banal acidente no forte de Santo Antônio, em S. João do Estoril, o que ocasionou um AVC (acidente vascular cerebral), e resultou em sua morte política. Salazar é afastado do serviço público, até morrer em 27 de Julho de 1970.

O Estado Novo sobrevive mesmo após o afastamento político, sucedido pela morte do seu mentor, Antônio Oliveira Salazar, sucedido assim por Marcelo Caetano, que entra no poder em 27 de Setembro de 1968, aos 62 anos de idade, dando início assim a um período denominado de ‘Primavera Marcelista’, um período marcado por uma grande expectativa entre as correntes mais progressistas da União Nacional. O objetivo deste trabalho está pautado na análise da atuação da repressão política portuguesa durante os momentos finais da ditadura estado-novista que perdurou por 41 anos sem interrupção. O recorte temporal deste trabalho é mais especificamente no período do governo de Marcelo Caetano (1968-1974), sucessor de Antônio Salazar, e durante o primeiro ano do regime revolucionário.

A questão de manutenção da ordem social era uma das maiores preocupações do regime Estado Novista. Assim, ainda no período de governo de Antônio Salazar, em 22 de Abril de 1945, foi criada a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), no auge do Estado Novo. A função dessa polícia era perseguir, prender e interrogar qualquer indivíduo que fosse visto como inimigo ao regime ditatorial de Salazar. Estes que eram descritos como opositores ao regime eram levados às prisões em Portugal. Nestes locais, quase sempre eram vítimas de tortura, isolamento, privação de sono, péssimas condições alimentares, higiênicas e de saúde, o que levava muitas vezes a morte.

A PIDE também era responsável pela prática da censura e seus processos ficaram conhecidos como “lápiz azul”, já que todos os artigos da imprensa ou obras literárias, teatrais, cinematográficas e de artes plásticas, eram cortados ou marcados com lápis azul antes de publicadas. Com a chegada ao poder de Marcelo Caetano, a reputação desse organismo do estado já estava bastante desgastada diante da população portuguesa, levando assim o então Presidente do Conselho de Ministros a substituí-la. Assim, em 24 de Novembro de 1969, foi oficialmente criada a Direção-Geral de Segurança (DGS), que em suma conservava as mesmas funções da PIDE, mantendo também a censura e a tortura aos inimigos do regime.

---

\* Graduando em História-Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo.



Sua extinção deu-se em 1974, na sequência do golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) ocorrido em 25 de Abril. No mesmo ano, em 1974, foi criado o Serviço de Coordenação da extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa (grupo paramilitar que atuou intensamente na repressão direta aos opositores do regime, principalmente aos membros do Partido Comunista Português).

A metodologia adotada na pesquisa buscou analisar, primeiramente, a literatura referente à formação e evolução da Ditadura Estado Novista em Portugal, analisando as bases e fatores que levaram a formação do Estado Novo. Logo em seguida, foi feita leitura e análise da bibliografia referente à montagem, atuação dos aparelhos de repressão. Após esse levantamento, foi realizado um novo pautado na leitura e análise da bibliografia referente dissolução dos aparelhos de repressão, com destaque a PIDE/DGS. Metodologicamente, o trabalho tem o uso de jornal como fonte, o que exige uma “discussão sobre a viabilidade e as especificidades de se utilizar a imprensa como documento histórico” (CAPELATO, 1988, p. 13). A busca pela documentação apresentada no plano de trabalho deu-se por meio da investigação e análise das publicações feitas pelo jornal Diário de Lisboa sobre a atuação da PIDE/DGS durante os últimos anos da ditadura estado novista (1968-1974) e durante o primeiro ano do governo revolucionário que conduziu ao processo de extinção da PIDE/DGS. É importante frisar que o jornal Diário de Lisboa sofreu com a censura durante o período de vigência do regime Estado Novista.

Com a Revolução dos Cravos, a censura é abolida, e a partir de 27 de Abril de 1974, várias são as publicações acerca das ações da PIDE/DGS, em sua maioria, a partir das contestações públicas, que se manifestam contra essa polícia política, e participam efetivamente com denúncias para a prisão dos ex-membros da PIDE/DGS. Os assuntos mais frequentes nas publicações parcialmente levantadas são relatos de presos políticos que sofreram com repressões e torturas dessa polícia política, nas publicações também há relatos de assassinatos. Em suma, percebe-se que o jornal “Diário de Lisboa” se mostra competente em suas publicações, e contribui de forma recorrente a esse trabalho.

Em suma, as ideias mencionadas e discutidas no decorrer desse resumo serão um passo para o entendimento das ações da PIDE/DGS, a polícia política portuguesa que serviu, por um lado, para intimidar e, deste modo, prevenir a contestação pública ao regime e, por outro, para destruir toda a oposição organizada contra o Estado Novo. A necessidade de estudos que reforcem a memória sobre as atividades repressoras do governo português durante o período de regime do Estado Novo torna-se essencial, mostrando as formas que essa polícia política usava para controlar e oprimir as oposições criadas contra o regime Estado Novista, utilizando muitas vezes a tortura.

As primeiras conclusões que foram retiradas a partir da análise dessas publicações, em diálogo com a bibliografia estudada, são: I) a sociedade portuguesa já estava exausta das opressões sofridas no regime ditatorial, o que é evidenciado nas contestações reveladas pelas publicações dos jornais diários, pela participação da sociedade nas denúncias para se capturar os ex-agentes da polícia política; II) o apoio por uma grande parte da sociedade ao MFA pode ser identificado através das diversas notas de repúdio levadas a público não apenas pelas publicações do Diário de Lisboa, como também por outros jornais da época.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. O outro 25 de Abril e as Diretas Já. **Outros Tempos**, v. 11, n. 17, 2014, p. 230-245.
- BAPTISTA, António Alçada. **Conversas com Marcelo Caetano**. Lisboa: Editorial Moraes, 1977.
- C.SCHMITTER, PHILIPPE. **Portugal: do Autoritarismo à Democracia**. Lisboa: Imprensa De Ciências Sociais, 1999.

- LEMOS, Mario Matos. **Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário**. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2006.
- FLUNSER PIMENTEL, Irene. **A História da PIDE**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, justiça e memória**. 2011.
- GOMES, Marco. **Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Caderno 13, Notas sobre a política de Maquiavel**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Veredas Editorial, 1988.
- ROSAS, Fernando. O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40. In: ROSAS, Fernando. **Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- \_\_\_\_\_. **História de Portugal : O Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.
- SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.
- TRINDADE, Luís. “Fazer a História do Estado Novo. Uma conversa com Fernando Rosas.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, v. 1, n. 2, 2016, p. 203-223.

## CONCEITOS ECONÔMICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Dicionário de conceitos e temas econômicos como ferramenta de mediação didática

Werbeth Serejo Belo\*

A preocupação com o ofício do historiador de forma relacional ao ensino de História é fundamental para uma ampliação da linguagem utilizada como forma de construção constante do ensino de História escolar, isto é,

As novas tendências e as correntes historiográficas que entendem a História como construção, aliadas a concepções que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, provocaram transformações bastante profundas na construção da História como conhecimento escolar. Tais transformações produziram modificações na didática da História e provocaram uma reformulação na prática pedagógica. (ABUD, 2003, p.184).

A reformulação da prática pedagógica elucidada por Abud (2003) traz como um de seus eixos as novas linguagens, que pressupõem a utilização de ferramentas ao ensino que fujam do ensino tradicional de reprodução de conteúdos ou de utilização unicamente das fontes escritas em sala de aula, por mais que não seja descartada a sua importância. Com o intuito de minimamente superar a simples reprodução de conteúdos, no que tange ao ensino da história econômica, é pensado o material em análise neste capítulo. Ademais,

Transformar o conhecimento científico em objeto a ser ensinado subentende transformá-lo em objeto didático, já que, inicialmente, o conhecimento não foi produzido pelo cientista com tal finalidade. A operação que transforma o saber acadêmico, no caso o conhecimento histórico, num saber escolar, pressupõe uma série de operações (LIA; COSTA; MONTEIRO, 2013, p. 42).

O ensino de História tem sido ponto de discussão em diversas instâncias acadêmicas. Várias questões tem sido debatidas, como: uso das fontes em sala de aula, a interdisciplinaridade, o papel do professor de história, introdução de elementos midiáticos no ensino de História, entre outros. Para além destas discussões, é perceptível que o ensino de História tem como base, hegemonicamente, a história política deixando em segundo plano a história cultural e a história econômica, destinando a estas algumas poucas páginas ou boxes explicativos em livros didáticos.

Tendo percebido o lugar secundário destinado à história econômica este trabalho possui como objetivo central a apresentação do *Dicionário de Conceitos e Temas Econômicos para Jovens* a fim de subsidiar o ensino da história econômica na educação escolar. Além disso, este trabalho apresenta como objetivo secundário analisar como estão estruturados os temas econômicos nos livros didáticos partindo da hipótese que os temas econômicos são tratados de forma pouco crítica e sem relação direta com o modelo de Estado capitalista contemporâneo, sendo apresentados, assim, como diretrizes naturalizadas, isto é, como decisões governamentais que não tem relação com a defesa de interesses de classe ou de frações de classe.

A metodologia adotada parte da concepção do materialismo histórico sustentado pelo marxismo, sobretudo pelas obras do próprio Marx e do filósofo italiano Antonio Gramsci, sobretudo no momento de análise dos conceitos econômicos. Para a realização deste trabalho

---

\* Doutorando do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra. Integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – Nupehic, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo, Bolsista CNPQ pelo INCT-Proprietas.

se tem como objetos de análise os dois livros didáticos das editoras que possuem maior tiragem de acordo como o PNLD/2017, a saber: a coleção História, sociedade & cidadania (2015) de autoria de Alfredo Boulos Júnior, editora FTD (730.53 livros) e a coleção Projeto Araribá – história (2014), editora Moderna (388.596 livros), de forma que estes livros didáticos sejam relacionados sobretudo com a legislação vigente em torno do ensino de História e possam ser a base de seleção dos conceitos e temas econômicos presentes no dicionário. Como demarcação cronológica deste trabalho tem-se os anos de 1945 a 2014. Essa demarcação é justificada pela reestruturação do Sistema Econômico Internacional ocorrida em 1945 após a Segunda Guerra Mundial que redimensiona as relações econômicas garantindo a hegemonia da fração financeira do capital e o ano de 2014 justifica-se por ser o último conteúdo apresentado em nível de Brasil nos materiais didáticos, período que será nomeado neste trabalho, portanto, como história econômica contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a história e o seu código curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, out./dez. 2011, p. 163-171.
- \_\_\_\_\_. A construção de uma didática da história: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. **História**. São Paulo, N. 22, 2003, p. 183-193.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**. V. 05, Nº 10, 1992, p. 134-146.
- LIA, Cristine Fortes. COSTA, Jéssica Pereira. MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. A produção de material didático para o ensino de História. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº6, agosto, 2013, p.40-51.
- LOPES, A.R.C. "Conhecimento escolar: processos de seleção cultural e mediação didática." **Educação & Realidade**. Vol. 1, Nº 22, jan-jun.1997, p. 95 -112.
- MAGALHÃES, Olga. A escolha de recursos na aula de História. **Educar**, Curitiba, Especial, 2006, p. 113-130.

